

Há 10 anos, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio lançou o primeiro número da revista *Trabalho, Educação e Saúde*. Em uma instituição que ainda não tinha pós-graduação, a publicação nascia ousada, com a proposta de ser um periódico científico que mobilizasse a discussão e a produção de conhecimento na interface dos campos que conformam o seu título.

Hoje, após a publicação de 10 volumes com 28 fascículos, a revista já é reconhecida no cenário da produção científica como um importante veículo interdisciplinar, capaz de publicar estudos que contribuam para a formação e o trabalho em saúde. Para os próximos anos, a *Trabalho, Educação e Saúde* mantém seu compromisso de apoiar o campo da Educação Profissional em Saúde, alinhado a princípios éticos da publicação científica e políticas de acesso aberto à informação.

Neste número, o ensaio e um artigo desvelam características dos processos históricos que constituem construções sociais naturalizadas no discurso hegemônico, como forma de refletir sobre os desdobramentos atuais e potenciais dessas construções. O ensaio de Ana Elizabeth Alves, *Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família*, trata da divisão do trabalho entre homens e mulheres no capitalismo, focalizando o final do século XIX e meados do século XX. A autora reflete sobre as práticas e estratégias que, por exemplo, definiram para as mulheres a ocupação de lugares desvalorizados na hierarquia profissional, criando desigualdades na remuneração, bem como nos processos que atribuem ao trabalho fora de casa o significado de extensão do trabalho doméstico. No artigo de Gabriel Gimenes, *Usos e significados da qualidade de vida nos discursos contemporâneos de saúde*, o autor discute os deslocamentos e significados difusos que a expressão 'qualidade de vida' vem assumindo nos campos de saber/poder epistemológico, cultural, político, econômico. E sinaliza que esta noção se apoia em uma concepção de indivíduo autônomo, na qual se sustenta um conjunto de conceitos que orientam políticas e práticas da saúde.

O tema diretrizes curriculares na saúde é discutido em dois artigos. No primeiro, de autoria de Ingrid D'ávila Pereira e Itamar Lages, *Diretrizes curriculares para a formação de profissionais de saúde: competências ou práxis?*, encontramos uma pesquisa que articula os referenciais da saúde e da educação, produz um resgate histórico de elementos que interagem com as políticas de educação profissional e se volta para a análise da consistência entre os pressupostos que balizam a formação por competências e o princípio que situa a saúde como direito. Os autores alertam para possíveis efeitos da perspectiva individualista e competitiva que permeia a pedagogia das competências e questionam sobre as possibilidades dadas no plano da definição curricular de tensionar a formação em saúde no sentido da transformação da realidade.

O segundo artigo parte das diretrizes curriculares estabelecidas em face da formação em Odontologia para indagar aos formandos a compatibilidade alcançada entre a formação proporcionada pelo curso da Universidade Estadual de Ponta Grossa e as diretrizes selecionadas. Assim, o estudo conduzido por Cristina Fadel e Márcia Helena Baldani, *Percepções de formandos do curso de odontologia sobre as diretrizes curriculares nacionais*, propõe colocar sob exame o projeto pedagógico do curso, dialogando tanto sobre orientações mais gerais do currículo, como a dimensão clínica da formação, quanto sobre as práticas docentes. Os autores indicam a necessidade de dirigir esforços para efetivar um currículo que integre teoria e prática no Sistema Único de Saúde (SUS).

A interação entre as diretrizes curriculares e o projeto político pedagógico do curso de enfermagem também subsidiam as reflexões sobre metodologias de ensino, presentes no relato de Miriam Buogo e Gardenia de Castro, *Memorial de formação: um dispositivo de aprendizagem reflexiva para o cuidado em saúde*, no contexto do curso de enfermagem da faculdade Metodista IPA. No artigo *O arco ocupacional saúde nas políticas de educação profissional*, as autoras Neise Deluiz e Bianca Veloso constroem uma análise do programa, por meio de uma pesquisa qualitativa, na qual abordam as concepções e estratégias pedagógicas utilizadas nos cursos, as mudanças ocorridas na situação social dos jovens nas dimensões educacional, econômica, psicossocial e político-social e as expectativas projetadas pelos jovens em torno do programa. Precede a análise dos resultados uma revisão sobre políticas sociais situadas na interface entre trabalho, educação e dirigidas aos jovens. Deluiz e Veloso sinalizam tendências à redução dessas políticas ao plano das ações compensatórias e emergenciais, com reduzido potencial de produzir a superação do ciclo da desigualdade.

O envelhecimento da população é um tema que tem dado origem a diversos tipos de estudo, mas, a despeito do espaço que as atividades educativas voltadas para os idosos tem ocupado, o debate sobre a especificidade dessas iniciativas merece ser ampliado. É nesse cenário que se inclui o estudo de Wanda Patrocínio e Beltrina Pereira, intitulado *Efeitos da educação em saúde sobre atitudes de idosos e sua contribuição para a educação gerontológica*. As autoras avaliaram um programa de educação popular em saúde, que ocorreu em uma localidade de Campinas, e concluíram que esse tipo de intervenção alcança resultados positivos no sentido de reverter a visão negativa do envelhecimento. Reiteram ainda a necessidade de valorizar a formação profissional daqueles que se dedicam à educação em saúde de idosos.

A produção de linhas de cuidado e o apoio matricial são dois elementos fundamentais em torno dos quais se desenvolve e operacionaliza a política de desinstitucionalização em saúde mental. São igualmente pontos críticos para o funcionamento integral da rede de cuidado. Assim, pesquisar os mo-

dos como os profissionais que coordenam os serviços de saúde compreendem avanços e desafios presentes na gestão dessa rede, objeto de investigação no artigo de Luciene Gama Paes et al., *Rede de atenção em Saúde Mental na perspectiva dos coordenadores dos serviços de saúde*, contribui para mapear questões que permanecem como obstáculos importantes na qualidade da atenção em saúde mental, tais como a desarticulação entre a atenção primária, atenção hospitalar e os serviços substitutivos.

De que modo as políticas públicas de formação em saúde, consubstanciadas em programas como o PET-Saúde, produzem efeitos capazes de atualizar a formação médica, distanciando-a do ideário neoliberal e tornando-a mais coerente com o projeto do SUS? O artigo de Guilherme Souza Cavalcanti, *Educação pelo trabalho para a formação do médico*, traz o resultado de uma pesquisa que investiga diferentes programas e conclui que, a partir de uma filiação político-pedagógica, é possível o desenvolvimento de programas de formação que acentuem características adaptativas dos sujeitos, baseadas na aplicação de tecnologias para a solução de problemas. Ou, por outro lado, que aprofundem o investimento no conhecimento científico, contribuindo para a formação de uma consciência crítica que vise à apresentação de alternativas de intervenção nos gargalos da área da saúde.

A primeira resenha deste número é de autoria de Marcia de Oliveira Teixeira, sobre a obra de Jessé de Souza, *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*, e a segunda, de Mauricio Vieira Martins, sobre o livro *Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir*.

Angélica Ferreira Fonseca  
Carla Macedo Martins  
Marcela Alejandra Pronko